

**COMISSÃO DA DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**  
**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 158, DE 2024**

Dispõe sobre a proteção contra a despedida arbitrária por denúncia de assédio sexual na relação de emprego.

**Autora:** Deputada ROGÉRIA SANTOS.

**Relatora:** Deputada ERIKA HILTON.

**I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Complementar nº 158/2024, de autoria da Deputada Rogéria Santos (REPUBLICANOS-BA), dispõe sobre a proteção contra a despedida arbitrária por denúncia de assédio sexual na relação de emprego.

Apresentado em 16/10/2024, o Projeto de Lei Complementar nº 158/2024 foi distribuído para a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, para a Comissão de Trabalho e para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Como argumenta a autora da proposição, “a estabilidade provisória no emprego, proposta neste Projeto de Lei, tem como objetivo principal proteger a vítima de assédio sexual contra possíveis retaliações ou perda de seu emprego após a denúncia”.

Por essa razão, “ao garantir um período de estabilidade de 12 meses após a comprovação do assédio, este Projeto oferece uma rede de segurança para vítima, assegurando que ela não seja duplamente penalizada pelo crime que sofreu e pela perda de sua fonte de renda”.

Na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em 26/05/2025, recebi a honra de ser designada como relatora deste Projeto de Lei.

A matéria sujeita-se a regime de prioridade e à apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.



Não foram apensadas outras proposições ao Projeto original.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei Complementar que estamos analisando nessa Comissão cria o meritório instrumento jurídico da relação de trabalho protegida contra despedida arbitrária na hipótese em que ocorrer denúncia de assédio sexual na relação de emprego. Nesses casos, as vítimas de assédio devem ser protegidas contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

Como é do conhecimento de todas nós, o Código Penal já tipifica, de maneira muito clara, o crime de assédio sexual. Segundo o artigo 216-A, o crime de assédio sexual é o ato que provoca o constrangimento de “alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. Por meio dessa definição, fica bem nítido que o crime foi praticado num ambiente de trabalho, onde a ascendência funcional inerente ao exercício de um emprego cumpre papel central.

Nesse contexto, fundamental para o tema do qual estamos tratando, o Projeto de Lei Complementar nº 158/2024 introduz vários avanços legislativos que devem ser ressaltados como a proteção do mercado de trabalho da mulher, prevendo a garantia da estabilidade no emprego, da empregada denunciante de assédio sexual no ambiente de trabalho, por seis meses, a contar do registro do Boletim de Ocorrência. Além disso, para aprimoramento da proposta, apresentamos emenda ao § 2º do Projeto de Lei em comento, de maneira a prever que, caso a empregada denunciante não queira fazer mais parte do quadro de funcionários da empresa, a estabilidade seja convertida em indenização por rescisão do contrato, paga de maneira dobrada.



Vemos todos os dias, nos meios de comunicação de massa, relatos de inúmeros casos de assédio sexual no ambiente de trabalho das nossas empresas. Trata-se de uma violência psicológica de grande gravidade para a estabilidade emocional e o reconhecimento da trabalhadora no espaço de convivência laboral, local onde é gerada sua renda mensal. Ao prever “a estabilidade provisória no emprego”, a iniciativa legislativa da nobre Deputada Rogéria Santos tem como objetivo principal “proteger a vítima de assédio sexual contra possíveis retaliações ou perda de seu emprego após a denúncia”, além de enfrentar os impactos nas vítimas que são profundos, afetam a segurança, integridade, a saúde física, mental e autoestima, com a devida previsão de reparação dessa violência por meio da garantia da estabilidade de 6 meses ou rescisão indireta pelo qual será indenizada em dobro.

Em 2020, dados coletados pela Think Eva e LinkedIn identificaram que quase metade das mulheres já sofreu assédio sexual no trabalho, e 15% delas pediram demissão após o ocorrido<sup>1</sup>. Em 2025, cinco anos após essa pesquisa, e com a vigência da Lei nº 14.457/2022, que traz medidas prevenção e combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho, temos um dado alarmante da pesquisa “Trabalho Sem Assédio 2025” de que 1 em cada 6 mulheres “resolve” a situação de assédio vivida pedindo demissão, perdendo assim seus direitos trabalhistas como seguro-desemprego e seu fonte de renda principal.

A Think Eva e LinkedIn realizaram a pesquisa Trabalho sem Assédio 2025, que ouviu mais de 3 mil pessoas, para trazer respostas concretas e ajudar instituições públicas, empresas e sociedade a trabalharem na prevenção e no enfrentamento aos assédios. Os dados da pesquisa demonstram que 57% das entrevistadas viram ou sofreram algum assédio sexual no trabalho, mais 1/3 das mulheres afirmaram que já sofrem violência sexual no ambiente de trabalho, e apenas 10% delas recorreram aos canais de denúncias das empresas, 66% das que sofreram assédio sexual têm renda familiar de até 5 salários mínimos, 19% das vítimas passaram por uma mudança de expectativa em relação à carreira.

<sup>1</sup> Quase metade das mulheres já sofreu assédio sexual no trabalho; 15% delas pediram demissão, diz pesquisa. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/10/08/quase-metade-das-mulheres-ja-sofreu-assedio-sexual-no-trabalho-15percent-delas-pediram-demissao-diz-pesquisa.shtml>> Acesso em 13/10/2025.




A pesquisa também demonstrou que profissionais em posições intermediárias sofrem mais assédio: 1,7% estagiárias, 8,8 % Júnior, 29,2% assistente, 45% Pleno ou Sênior, 14,6% Diretora ou Executiva. Em relação às denúncias: uma em cada cinco não faz nada em relação ao ocorrido, enquanto a maioria apenas compartilha a situação com pessoas próximas. As estruturas das empresas, com sistemas de denúncia, grupos de apoio e RH, são usadas por apenas 1/3 das vítimas<sup>2</sup>.

Por essa razão, precisamos ressaltar esse ponto, “ao garantir um período de estabilidade de 6 meses após a comprovação do assédio, este Projeto de Lei Complementar oferece uma rede de segurança para a vítima, assegurando que ela não seja duplamente penalizada: pelo crime que sofreu e pela perda de sua fonte de renda”.

Como é do conhecimento de todas nós, a garantia de estabilidade no emprego também é uma resposta à necessidade de assegurar o direito constitucional ao trabalho digno e da sua renda mensal, como previsto no artigo 7º da Constituição Federal de 1988, além de promover a igualdade de tratamento e de oportunidades no mercado de trabalho para mulheres. Trabalhar não deve e não deveria ser sinônimo de assédio, por isso é importante que haja legislação específica para proteger os direitos trabalhistas das mulheres no ambiente de trabalho.

Em face do exposto, nosso parecer, no **MÉRITO**, é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar nº 158, de 2024, com a Emenda anexa.

Sala da Comissão, em        de        de 2025.



**Deputada ERIKA HILTON (PSOL-SP)**

**Relatora**

<sup>2</sup>Trabalho sem Assédio 2025. Disponível em: <<https://thinkeva.com.br/pesquisa-trabalho-sem-assedio/>> Acesso em 13/10/2025.



COMISSÃO DA DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 158, DE 2024

Dispõe sobre a proteção contra a despedida arbitrária por denúncia de assédio sexual na relação de emprego.

EMENDA Nº

Dê ao § 2º do Projeto de Lei Complementar nº 158/2024 a seguinte redação, mantendo-se os demais dispositivos:

§ 2º A estabilidade no emprego prevista no *caput* será convertida em indenização por rescisão indireta do contrato, paga em dobro pelo empregador, quando a vítima escolher não mais permanecer nos quadros da empresa, devido à quebra de fideducia entre as partes.”

Sala da Comissão, em        de        de 2025.



Deputada ERIKA HILTON (PSOL-SP)

